

ARTIGO

Equipe reflexiva em psicoterapia de família: diferentes olhares sobre as diferentes configurações da família contemporânea brasileira

Reflecting Team in Family's Psychotherapy: Differents visions on the differents configurations of contemporary Brazilian family

Marina Miranda Lery Santos

Força Aérea Brasileira (FAB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO

O surgimento da terapia de família no Brasil remete aos anos 70. Concomitantemente, vivemos mudanças sócio-culturais que afetam os modos de integração entre as pessoas no contexto contemporâneo. Com base nisso, nos propomos, nesta monografia, a apresentar o modelo de atendimento psicológico a famílias com a utilização do recurso da Equipe Reflexiva no IGT (Instituto de Gestalt-terapia e Atendimento Familiar), “modo de pensar” inicialmente proposto por Tom Andersen. Através de uma pesquisa bibliográfica, este trabalho, que se apóia nos princípios que fundamentam a Gestalt-terapia, situa as famílias contemporâneas na sociedade brasileira atual. Percebemos, ao final, a possibilidade de integração do recurso terapêutico que se apresenta com a abordagem da Gestalt-terapia e com a diversidade de configurações familiares encontradas nos dias de hoje.

Palavras-chave: Equipe Reflexiva; terapia de família; Gestalt-terapia; contemporaneidade; sociedade brasileira.

ABSTRACT

The appearance of family therapy in Brazil has occurred in the 70's. At the same time, there is having social changes that affect the integration way between people in the contemporary context. Based on it, we propose in this work to present the psychological model to take care of families in IGT (Gestalt-therapy and family care Institute) that utilizes the resource of the Reflexive Team, a “way of thought” that Tom Andersen has established. Through a literature search, this work, that is based on the gestalt-therapy principles, exposes a panoramically view of the contemporary families in the current Brazilian society. In the end, we realize the possibility of integration that exists between the presented psychological take care model, the concepts of gestalt-therapy and the diversity of family configurations found nowadays.

Keywords: Reflexive Team; Family Therapy; Gestalt-Therapy; Contemporary; Brazilian Society.

Introdução

Vivemos, no contexto contemporâneo, mudanças sócio-culturais que afetam os modos de integração entre as pessoas. Segundo Borges (2006), tais mudanças ligam-se à introdução de valores igualitários na sociedade, a partir dos quais foram questionadas as estruturas hierárquicas até então existentes como, por exemplo, a

hierarquia familiar. Assim, notamos, atualmente, a convivência de valores tradicionais, caracterizados pela ordem, e individualistas dentro das famílias.

De acordo com Féres-Carneiro (1998), “a constituição e manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo” (p.384). A cultura do individualismo implementa a noção de que as vontades pessoais devem ser satisfeitas, o que dificulta o convívio entre as pessoas, de modo que ceder ou entrar em acordo se torna mais complicado.

Além disso, o mundo “está acelerado”. O rápido desenvolvimento das tecnologias permite que as distâncias sejam encurtadas e aumenta as possibilidades e a velocidade dos meios de comunicação, além de propiciar uma ampliação do contato com outras culturas e formas de vida, o que provoca e contribui para a reconfiguração das relações entre as pessoas. Aliada a isso, segundo Borges (2006), impera a idéia de que, atualmente, os indivíduos podem fazer escolhas, não sendo obrigados a seguirem padrões tradicionais.

Nesse sentido, as pessoas encontram uma pluralidade de referências culturais que podem escolher, não sendo compulsório que dêem continuidade aos costumes de outrora. Como afirma Borges (2006), “a diminuição da influência das tradições, a pulverização da vida social e a ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos podem ser sentidas também na configuração de suas relações mais íntimas” (p.16). Assim, percebemos cada vez mais a diversidade de formações familiares. O ideal de que o casamento deve durar até que a morte separe os cônjuges foi questionado em prol da felicidade e a opção pela separação, por um novo casamento e por outras formas de união foi colocada a disposição das pessoas.

A existência da terapia de família é relativamente recente. De acordo com Ponciano e Féres-Carneiro (2003), ela chegou ao Brasil na década de 1970, vinte anos após ter surgido nos Estados Unidos, orientada pela teoria dos sistemas. Na atual conjuntura em que se encontram os grandes centros urbanos brasileiros – e assim a cidade do Rio de Janeiro onde estamos situados – alguns autores (ver Féres-Carneiro, 2003 e Woods *apud* Travis, 2003) verificaram em sua prática clínica um aumento da procura pela terapia de família por casais que trazem o tema da “separação” ou por casais que buscam ajuda para os conflitos que surgem em um recasamento. Assim, diante de tantas possibilidades, muitas vezes a terapia de família torna-se uma tentativa de melhorar o convívio familiar.

Dentro da modalidade psicoterápica que é a terapia de família, trabalhamos no IGT (Instituto de Gestalt-terapia e Atendimento Familiar) com um recurso de atendimento denominado “equipe reflexiva”. Para falar sobre a equipe reflexiva enquanto forma de atendimento psicoterápico para famílias brasileiras contemporâneas – tema deste trabalho –, consideramos importante, antes, compreender, de uma maneira geral, a história e o contexto em que se inserem homens e mulheres – peças essenciais na constituição das famílias heterossexuais convencionais – e as características da

sociedade que permeiam suas relações para, então, mais especificamente, abordar as famílias na atualidade e apresentar a maneira de intervir da equipe reflexiva no setting terapêutico.

Em outras palavras, o objetivo deste trabalho é apresentar a equipe reflexiva tal como é significada e utilizada pelo IGT nos atendimentos psicoterápicos de família realizados neste instituto. Este estudo revela sua importância no atual contexto em que se insere a sociedade brasileira, onde as famílias assumem diversas configurações no mundo ocidental, mundo este que passa por um momento de transição, de alteração de valores, de padrões e de parâmetros (Borges, 2006).

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Acreditamos ser importante, de início, apresentar alguns dos conceitos básicos da gestalt-terapia – linha da psicologia clínica na qual baseamos nosso trabalho e com cujas idéias compactuamos –, para que fique claro qual o ponto de vista a partir do qual estamos falando.

No segundo capítulo, tendo como base a obra intitulada “A casa e a rua” de Roberto Da Matta (1991), falaremos sobre a cultura brasileira, ao mesmo tempo que, mais amplamente, abordaremos nossa sociedade e os papéis que homens e mulheres nela inseridos ocuparam e ocupam. Finalizando, tentaremos trazer à cena como suas identidades vêm sendo constituídas na sociedade contemporânea.

Após tratarmos de maneira geral da sociedade e de homens e mulheres, traremos, no terceiro capítulo, as famílias e suas diversificadas composições contemporâneas, possibilitadas pelos valores sociais atuais.

Para concluir o trabalho, enfim, apresentaremos a equipe reflexiva e seus desdobramentos no IGT, iniciando uma reflexão sobre a possibilidade de integração deste recurso nos atendimentos de famílias contemporâneas. É válido deixar claro que neste trabalho apresentaremos apenas algumas perspectivas sobre os temas abordados, não nos propondo a esgotar o conteúdo dos mesmos.

1 A Gestalt-terapia: de onde falamos

Nascida “oficialmente” na década de 1950, por ocasião do lançamento do livro “Gestalt-therapy”, e, de acordo com Silveira (1996), introduzida no Brasil por Thérèse Tellegen em 1972, a gestalt-terapia foi, por algum tempo, tida como um conjunto de técnicas que não possuía fundamentos. Esta concepção deve-se, em parte, ao fato de Fritz Perls, um de seus fundadores, não ter se detido em sistematizar suas idéias e, a partir de então, elaborar uma teoria coerente com a prática (Juliano, 2008).

No entanto, de acordo com Juliano (2008), diferente do que se acreditava, a gestalt-terapia pauta-se em noções advindas, principalmente, da fenomenologia, do existencialismo, do humanismo e das filosofias orientais. Da mesma forma, a postura

do gestalt-terapeuta é fruto de aspectos preconizados por estas filosofias e métodos de pensamento nos quais a gestalt-terapia se apóia. De acordo com Martins (1996), o mérito da gestalt-terapia “consiste em possibilitar a harmonização de tais correntes sem mudar-lhes o sentido” (p.7). Ainda segundo o mesmo autor, essas correntes são reunidas “como partes de um todo harmônico” (Martins, 1996, p.7).

Para a fenomenologia, tanto quanto para o humanismo e para o existencialismo, o homem é visto em sua totalidade, de maneira holística, e cada ser é visto tal como ele se apresenta (Martins, 1996). Deste modo, a prática clínica na abordagem gestáltica baseia-se, entre outras coisas, na valorização do contexto de cada um, levando em consideração as crenças individuais e os discursos de cada cliente, importando, essencialmente, o que é relevante para o cliente; o que é figura.

Conhecida como a terapia do “contato”, a gestalt-terapia ressalta a relação estabelecida entre terapeuta e cliente durante as sessões, de forma que esta relação passa a ser objeto de trabalho. O terapeuta não é neutro, ele faz parte do campo¹, observa e utiliza a maneira como o cliente entra em contato com ele no consultório, já que, de acordo com o existencialismo e com a fenomenologia, cada ser humano é único, cada ser humano confere um sentido ao mundo e às suas próprias experiências. Nas palavras de Rodrigues (2004), “o terapeuta não é um ser-que-observa apenas, mas também faz parte da relação na medida em que é atingido por ela” (p. 155).

Com isto, o gestalt-terapeuta não se encontra em uma posição em que é o detentor do conhecimento, aquele que sabe tudo e que tem respostas. O conhecimento é construído a cada sessão (Rodrigues, 2004) na relação estabelecida entre cliente e terapeuta. O psicólogo possui ferramentas adquiridas em sua formação profissional, as quais utiliza para orientar o processo terapêutico.

Além disso, não se pode esquecer que, na visão da gestalt-terapia, todo ser humano é um ser em relação. De acordo com Perls (1981), “no nível psicológico, o homem necessita de *contato* com outros seres humanos” (p.39). Perls (1981) afirma ainda que o sentido de relação é natural aos indivíduos e que o homem é, também, um ser social. Todo ser humano relaciona-se com o mundo e com a sociedade, que apresenta regras e valores, e o cumprimento ou não destas regras por uma pessoa provoca implicações com as quais essa pessoa terá que lidar.

Assim sendo, não podemos desconsiderar as relações sociais que se estabelecem e não podemos deixar de pensar nos valores que a sociedade apresenta, ao estabelecer relações terapêuticas com nossos clientes. Por mais que cada ser seja único, ele está inserido na sociedade, que dispõe de normas antes mesmo de seu

¹ O conceito de “campo”, para a gestalt-terapia, pode ser definido conforme Yontef (1998): “uma totalidade de forças mutuamente influenciáveis que, em conjunto, formam uma fatalidade interativa unificada” (p.185).

nascimento, e, ainda que não sejam seguidos, alguns padrões de comportamento são esperados.

A cultura e a sociedade em que estão inseridas as famílias hoje instituem padrões de comportamento e de atitudes desejáveis para todos os seus membros, criando, assim, uma série de expectativas para cada comunidade, para cada indivíduo ou para cada grupo em uma situação determinada. Tanto homens quanto mulheres agem na sociedade a partir de vários fatores, tais como, as pressões sociais, as ideologias, sua história de vida e experiências passadas, suas próprias expectativas e o que acham serem as expectativas dos outros à sua volta. É a partir, também, desses fatores que suas identidades e relações são constituídas.

Na visão da gestalt-terapia, os fatos não são entendidos simplesmente de maneira linear, e não apenas se estabelece uma relação causal direta entre eles. O olhar da gestalt-terapia vai além da linearidade e da causalidade entre os fatos. As relações são complexas, não sendo possível afirmar que uma determinada situação sempre vai acarretar uma determinada e imediata consequência ou o contrário: que se algo está acontecendo é por causa de “A” ou “B”. Acredita-se que o campo do qual faz parte o sujeito, assim como na física, seja composto de várias forças que agem e interagem para que comportamentos sejam adotados, escolhas sejam feitas ou relações sejam estabelecidas (Zinker, 2001).

Como explica Rodrigues (2004), “todo evento, todo fenômeno ocorre em um contexto, em um lugar, em um momento, com uma enorme possibilidade de eventos simultâneos menores que se entrecruzam” (p.45). Ainda de acordo com Rodrigues (2004), os indivíduos são multiperspectivados, de modo que são formados por características filogenéticas, socioculturais, interp-síquicas e intrapsíquicas. Assim, cada um dos eventos que compõem essas características atua como força no campo. A seguir, vamos explorar os aspectos socioculturais do contexto em que estamos inseridos e em que se situa a equipe reflexiva, objeto deste trabalho.

2 Mulheres, Homens, Identidades e Cultura Brasileira

Considerando que para utilizar a equipe reflexiva como modalidade de atendimento em psicoterapia de família, necessariamente, estaremos diante de uma família; considerando que a família é composta por indivíduos; e considerando que os indivíduos, como imediatamente supracitado, são formados também por características socioculturais, traremos, a seguir, algumas reflexões sobre a sociedade brasileira. Acreditamos ser de fundamental relevância entender as relações sociais e o contexto de diversificação em que se inserem as famílias brasileiras para conduzir a apresentação da Equipe Reflexiva e relacioná-la como uma maneira coerente e adequada para lidar com as famílias contemporâneas de nossa sociedade.

2.1 Cultura: Normas e Variações

De acordo com Da Matta (1986), o termo “cultura”, tal como é utilizado por antropólogos e sociólogos, é “um conceito-chave para a interpretação da vida social” (p.123) e refere-se à “maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa” (Da Matta, 1986, p.123). É possível apresentar a cultura como um elemento de união de um grupo, como algo que é compartilhado pelas pessoas do grupo e que permite a convivência, pois traz consigo normas e regras que regulam o comportamento dos indivíduos entre si e no ambiente em que estão.

Apesar de cada cultura possuir um “repertório comum de potencialidades” (Da Matta, 1986, p. 126), as culturas estão abertas a mudanças e variações, configurando-se de diferentes formas no decorrer da história. Abordaremos, a seguir, algumas características da cultura brasileira.

2.2 A Sociedade Brasileira: a perspectiva da “casa” e da “rua” de Roberto Da Matta

A sociedade brasileira, como mencionado acima, é dinâmica e flexível. Os valores, as relações e os significados sofreram inúmeras transformações no tempo, cada uma a sua maneira: algumas mais lentas, outras mais rápidas; algumas mais superficiais, outras mais profundas; algumas mais perceptíveis. Assim, a base para a construção das famílias no Brasil, bem como sua composição, seu significado e seu papel social tiveram e têm suas configurações adequadas à cultura de cada época.

Apesar de não ser possível generalizar e falar de “uma” família brasileira, já que existe, atualmente, uma “diversificação dos modelos familiares” (Aguiar, 2005, p.94), podemos afirmar que, diferente de outros tempos, há uma valorização, pela sociedade, do afeto. Para que sejam formadas as famílias, prega-se a necessidade de haver sentimento de amor entre as pessoas que a compõem (Ponciano e Féres-Carneiro, 2003). As relações familiares caracterizam-se por serem, supostamente, relações íntimas.

De acordo com Da Matta (1991), a maneira de viver da sociedade brasileira pode ser compreendida através do “par estrutural” formado pela “casa” e pela “rua”. O autor entende a casa e a rua como categorias sociológicas que mantêm uma relação dinâmica e que não são tratadas como espaços físicos ou geográficos. Assim, suas definições não se dão por meio de medidas, mas por meio das relações, comparações e oposições entre elas.

A casa e a rua indicam “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (Da Matta, 1991, p. 15). Enquanto em um dado momento pode-se definir o quarto como “casa” e o resto da casa como “rua”, em um outro momento a “casa” pode ser um país e a “rua” o resto do mundo, por exemplo. Sendo assim, a casa e a rua não se definem separadamente. Suas definições estão condicionadas à relação que estabelecem

entre si, e é sobre essa relação que deve incidir o foco da importância. De acordo com a situação, a casa e a rua podem englobar elementos, pessoas ou circunstâncias. O que importa é que se mantém uma relação de oposição entre elas, relação essa que dá sentido e possibilita a existência do par.

Embora não tenham definições pré-estabelecidas, a casa, conforme Da Matta (1991), é sempre tida como um lugar íntimo, um lugar do qual se cuida, um lugar onde há segurança, paz e hospitalidade, e a rua, opostamente, é o lugar dos outros, um espaço onde se é anônimo e com o qual não se responsabiliza, o lugar em que os discursos se apóiam nas leis impessoais e no autoritarismo, um lugar de risco.

A casa e a rua, enquanto esferas de significação social, apresentam visões distintas de mundo, que constituem suas realidades. Assim, atitudes e comportamentos diferentes são esperados, de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas. É como se cada uma delas tivesse seu próprio código de ética. “Em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua” (Da Matta, 1991, p. 20). Por isso, a mesma pessoa pode utilizar diferentes discursos sobre um mesmo tema quando se encontra no espaço da casa e quando se encontra no espaço da rua. A diferença no discurso não refletiria, neste caso, uma mudança circunstancial de opinião, mas ocorreria em decorrência da expectativa e das normas moralizantes da realidade espacial de onde está.

Como em todo par dicotômico — que, aliás, constitui uma característica da lógica dualista do pensamento ocidental moderno —, uma das partes é mantida como a “oprimida” e a outra como a “dominante”. No caso do par casa/rua, Da Matta (1991) afirma que o discurso dominante é o discurso da rua, que conta com o apoio dos componentes legais e jurídicos.

Embora todas as pessoas tenham acesso às duas esferas de significação social — a casa e a rua — e seja permitido que utilizem, em seus discursos, tanto o código de ética de uma, quanto o código da outra, Da Matta (1991) acredita que os segmentos dominantes dos pares dicotômicos tendem a falar a partir do código da rua. Assim, seus discursos são fundados em mecanismos impessoais e focados nas leis. Já as camadas dominadas — em que o autor enquadra as mulheres — utilizam a linguagem da casa como fonte de sua visão de mundo, produzindo discursos moralizantes, humildes e equilibrados.

Participando da lógica dualista já citada, homens e mulheres têm sido vistos como opostos e/ou complementares. Ao oprimido sempre falta algo e é sobre esta ausência que ele se constitui e, conseqüentemente, busca sua identidade. As diferenças são, deste modo, naturalizadas e transformadas em deficiências, em desigualdades. Analisaremos, a seguir, à luz das entidades morais da casa e da rua, a ocupação dos espaços público e privado por homens e mulheres na cultura brasileira.

2.3 Homens e Mulheres na “Casa” e na “Rua”

O discurso higienista do século XIX, no bojo das modificações que promoveu na sociedade com relação a sexo, amor e casamento, definiu as funções e papéis de homens e mulheres, apresentando características que pregava serem naturalmente femininas, como por exemplo, a fragilidade, a delicadeza e a debilidade de sua constituição moral. Por oposição, os homens eram descritos como fortes e vigorosos. As mulheres eram tidas ainda como mais afetivas, o que as colocava em uma posição de inferioridade em relação aos homens (Costa, 1983). Dizia-se que como a mulher foi “formada para sentir, o homem foi criado para pensar” (Costa, 1848 *apud* Costa, 1983, p. 236).

Todas essas características, “cientificamente provadas”, eram argumento suficiente para que as mulheres fossem mantidas no reduto do lar. Um ser tão frágil, sensível e sentimental como a mulher deveria ser protegido da política e da guerra.

Além disso, o advento da sociedade industrial moderna contribuiu para que fossem separadas as esferas pública e privada, às quais se ligaram, respectivamente, o homem e a mulher (Rocha-Coutinho, 2001). Assim como na “casa” de Da Matta (1991), a afetividade era a característica marcante do espaço privado do lar e da reprodução. A racionalidade marcava a esfera pública de produção, tal como na “rua” considerava-se a impessoalidade nas relações.

Assim, as idéias de que os homens tinham, “naturalmente”, a responsabilidade de prover os bens materiais à família em consequência de seu trabalho, e de que a mulher, por sua vez, nascera para cuidar da família e para a maternidade, foram incorporadas e as identidades masculina e feminina se configuraram a partir dos valores a elas relacionados.

Estabelecidas em forma de opostos, as identidades masculina e feminina foram hierarquizadas, pois, ao valorizar aspectos como racionalidade, pensamento lógico, interesse por política e trabalho — aspectos pertencentes à identidade masculina —, as mulheres — que, supostamente, não possuíam esses atributos — foram instantaneamente discriminadas. As capacidades socialmente valorizadas eram as que se referiam ao público, ao masculino, à “rua”. Por oposição, tais capacidades durante muito tempo foram negadas às mulheres, colocando-as em posição hierarquicamente inferior ao homem.

A condição feminina, legitimada por discursos científicos, filosóficos, políticos e religiosos, passou a ser realmente encarada como natural até mesmo pelas próprias mulheres, que passaram a acreditar que seu destino e sua vontade eram mesmo a maternidade e o cuidado da família dentro do lar. Encarada desta maneira, as mulheres não percebiam que estas idéias partiam do mundo público, espaço ao qual não tinham acesso, espaço do masculino (Vaitsman, 1994).

No entanto, ocupando o espaço da “casa” por imposição da “rua” ou não, as mulheres desenvolveram um tipo de controle sobre a esfera privada (Rocha-

Coutinho, 1994). De maneira velada, elas passaram a exercer alguma forma, mesmo que indireta, de poder e transformação no espaço público. Mesmo ocupando papéis considerados inferiores, é provável que as mulheres tenham obtido benefícios, o que faz com que, ainda hoje, mesmo com as mudanças que estão ocorrendo nas identidades em decorrência das conquistas femininas na esfera pública, seja difícil para elas abandonarem seu papel tradicional.

As identidades de mulheres e homens relacionadas, na cultura brasileira, ao longo da história, pelas funções e papéis que ambos ocupam e pelas características inerentes a essas funções e papéis, encontram-se hoje em processo de transformação. Falaremos um pouco desse processo, ressaltando como se deu (e se dá) de maneira diferente para homens e mulheres.

2.4 Mulheres e Homens: Identidades em Transformação

O papel das mulheres na nossa sociedade vem sofrendo modificações nas últimas décadas (Rocha-Coutinho, 1994). As mulheres de classe média vêm ganhando espaço no mercado de trabalho e estão, cada vez mais, entrando em ambientes que antes eram considerados caracteristicamente masculinos.

A partir da década de 1960 começaram a ser feitos questionamentos acerca do papel da mulher. O mundo todo assistiu a movimentos que tiveram como consequência mudanças nas relações entre homens e mulheres e no papel dessas últimas na sociedade, que puderam sair dos confinamentos do lar — sem abandoná-lo por completo — para exercer atividades em espaço público. As mulheres de classe média na atualidade tentam se entender e se identificar em meio à diversidade de papéis que ocupam na sociedade, tendo em vista que não deixaram de exercer os papéis tradicionais de mãe e dona de casa, mas incorporaram a eles o papel de profissional (Rocha-Coutinho, 1994).

As identidades, aqui compreendidas como construtos historicamente elaborados e como decorrentes das relações com os outros, são, como descreve Hall (1997), formadas e reformadas ou transformadas de acordo com os sistemas culturais nos quais as pessoas estão inseridas. Por esse processo de formação e transformação passam as identidades das mulheres nos dias atuais.

No âmbito profissional, embora seja clara e notória a — cada vez maior — participação de mulheres em espaços públicos, ainda se percebe uma desigualdade de condições com relação aos homens (Rocha-Coutinho, 2001). Cada vez mais mulheres conquistam posições de destaque e cargos de chefia na esfera do trabalho, porém, este número, quando comparado ao número de homens que ocupam estes postos, é ínfimo. É visível ainda a grande diferença existente. As mulheres continuam segregadas. Muitas vezes recebem ainda salários mais baixos que os dos homens ocupando os mesmos cargos. Além disso, é possível verificar que a maioria das mulheres ocupa cargos que, teoricamente, são “compatíveis” com

as antigas características femininas; características essas que as identificam como cuidadoras, frágeis, sensíveis.

Apesar de haver, atualmente, um discurso social que veicula a dissolução dos papéis tradicionais de homens e mulheres e a igualdade de gênero, é importante atentar para a forma como são interpretadas ou entendidas as “novas” funções tanto de homens quanto de mulheres na sociedade. Por exemplo, muitas vezes, a renda obtida com o trabalho da mulher é vista pelo casal apenas como um ajuda no orçamento da família. O mesmo ocorre com a participação do homem no cuidado do lar e dos filhos.

Considerando, como já mencionado, que as identidades se constituem nas relações com os outros, é de se esperar e compreender que as transformações que ocorrem na identidade feminina provoquem mudanças nas identidades daqueles que com elas se relacionam. Assim, ao se relacionarem com as mulheres de hoje — mulheres que, em sua maioria, embora ainda valorizem a família e a maternidade, dedicam, também, boa parte de seu tempo à carreira e conquistam uma independência financeira — os homens precisam se adaptar e encontrar uma nova maneira de participar das diversas situações sociais, transformando suas identidades.

Tanto os homens quanto as mulheres encontram-se em meio a discursos tradicionais e modernos, contraditórios, e oscilam, em suas atitudes e palavras, através dos ideais de cada discurso.

Na sociedade contemporânea, os sujeitos “confrontam-se com uma multiplicidade de identidades possíveis e mutáveis, com as quais eles podem, pelo menos de forma provisória, se identificar” (Rocha-Coutinho, 2001, p.70). As múltiplas identidades são contraditórias, de modo que uma identidade una, integrada e coerente não existe. As contradições se apresentam tanto para a própria pessoa que é portadora dessas identidades, quanto para aqueles que a observam e que, com ela, se relacionam.

A multiplicidade de possibilidades se apresenta, da mesma forma, nas relações familiares, que também passam por transformações na atualidade. O mundo, hoje, se apresenta de maneira contraditória e sem definições precisas (Bauman, 1999). Os papéis de homens e mulheres, muitas vezes, se confundem e encontra-se uma diversidade de estruturas familiares possíveis e aceitáveis. Enquanto na modernidade educava-se para viver na certeza, na transparência e para se sentir desconfortável na contingência, a pós modernidade, de acordo com Bauman (1999), é consciente da inexistência de uma saída certa para a incerteza e se caracteriza pelas mudanças e pela transitoriedade, além das diferenças. A sociedade está fragmentada e os valores da modernidade têm significados cada vez mais díspares para pessoas ou grupos sociais diferentes (Santos, 1999). Experimenta-se o desconforto de não se ter a verdade, as leis e a razão em que se apoiar.

Sem o apoio de uma verdade absoluta, sem definições do que é certo e do que é errado, sem regras claras e precisas, e com a permissão e a liberdade para fazer as próprias escolhas e buscar a satisfação pessoal e a felicidade, ou seja, com a

exacerbação do individualismo, as famílias e seus membros encontram dificuldades de manejar as situações de conflito que aparecem. No próximo capítulo, vamos abordar aspectos das famílias contemporâneas para que possamos melhor compreender o objeto de nosso estudo, já que, como mencionado no início deste trabalho, os indivíduos fazem parte de um contexto e não podemos desconsiderar as relações, práticas e regras sociais que se estabelecem, nem tampouco os valores da sociedade.

3 As Famílias na Atualidade

De acordo com Zinker (2001), teoricamente, uma família é um “sistema de indivíduos comprometidos a permanecer juntos por um extenso período de tempo, mantendo assim uma continuidade” (p.74-75). Zinker (2001) afirma ainda que, além de permanecerem juntos, comprometem-se a, juntos, assumir responsabilidades e desempenhar algumas tarefas, tais como a construção de um lar e a criação dos filhos, entre outras.

No entanto, nas últimas décadas, devido a uma gama de fatores e acompanhando a gradativa valorização da aceitação das diferenças em nossa sociedade, as famílias foram encontrando espaço para se configurarem de diversas formas. Além das já mencionadas valorização da satisfação pessoal e força do individualismo, e da introdução de pensamentos igualitários e da tecnologia, encontramos argumentos, tais como a maior expectativa de vida do brasileiro – e conseqüentemente o aumento do tempo de convívio familiar –, a liberdade proporcionada pelo trabalho e a efemeridade característica dos tempos atuais que, de alguma maneira, contribuem para e justificam as mudanças que vêm ocorrendo (para explicações mais detalhadas ver Travis, 2003).

Discutindo o que chama de “crise” da família contemporânea, Borges (2006) afirma que a introdução dos valores individualistas afetou a autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares. Com os ideais individualistas os membros da família passaram a ter projetos individuais que envolvem a satisfação nos diversos campos, como o afetivo, o profissional, o sexual e o familiar.

Segundo Féres-Carneiro (1998), “os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles” (p.5). De acordo com a mesma autora, esses ideais se confrontam com a necessidade de haver uma realidade comum, projetos e desejos compartilhados pelo casal.

Por encontrarmos-nos em uma época já qualificada como de transição e de diferenças – por isso cheia de contradições – verifica-se que o “amor romântico”, que seria único e para sempre, vem dando lugar à idéia de que a relação amorosa só é válida quando e enquanto estiver sendo prazerosa para aqueles que se relacionam.

O casamento formal e legalizado, antes instituição indissolúvel e base única para a constituição das famílias, coexiste hoje com modelos informais de união, que até mesmo vêm sendo, no Brasil, regulamentadas por leis. Atualmente, as famílias podem ser compostas por pais que já estiveram em outro – algumas vezes outros – casamento. Nesses casos, pode haver, no mesmo lar, filhos de pais diferentes que convivem como irmãos na nova relação de pelo menos um de seus pais. Os filhos têm mais de um lar e podem estabelecer relações mais ou menos íntimas com os novos membros das famílias.

De acordo com dados da “Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira” divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), desde o ano de 2001 até o ano de 2005, a cada ano cresceu o número de casamentos no Brasil. A mesma pesquisa apresenta, também, o aumento do número de casamentos de solteiros com divorciados e o incremento no número de separações judiciais.

A maternidade desvinculada do casamento também vem recebendo maior aceitação com o tempo. É possível ser mãe solteira. Por opção ou por descuido, algumas mulheres optam por ou precisam criar seus filhos, sozinhas. Dessa maneira, estrutura-se uma família sem a figura masculina do pai.

Além disso, com a propagação da aceitação das diferenças e com a criminalização do preconceito, surgem famílias sem as figuras tradicionais e definidas do pai e da mãe. Através da adoção, é possível que casais homossexuais tenham filhos, estabelecendo, com estes, vínculos familiares e inserindo na sociedade outra modalidade familiar.

É possível identificar também a existência de “relacionamentos abertos”, em que o compromisso com a fidelidade não é primordial, e de casais que, embora casados ou unidos de maneira estável, não dividem o mesmo lar.

Não podemos esquecer, no entanto, que para fins de terapia, em alguns casos, a família considerada não consiste apenas em um casal e seus descendentes. Algumas vezes, pessoas como avós, tios, cunhados, padrinhos e vizinhos estão envolvidos nas queixas que trazem para o consultório. A entrada da mulher no mercado de trabalho, em muitos casos, possibilitou que outros parentes ou pessoas participassem da educação e do cuidado de seus filhos. Dessa maneira, esses indivíduos acabam por ficar em permanente interação com os membros que formam o núcleo da família, fazendo parte, ativamente, das reconfigurações inerentes e naturais que acontecem nessas instituições.

De acordo com Ariès, (1981), o “sentimento de família” foi constituído historicamente e se relaciona ao contexto econômico-cultural das sociedades. Com esse “sentimento”, surgem as concepções de maternidade, paternidade, fraternidade e a idéia de pertencimento, bem como o “sentimento da infância”. Entendemos que, dessa forma, tais concepções encontram-se hoje bordejadas pelas incertezas e descontinuidades características de nosso tempo.

No entanto, de acordo com Giddens (2003), a transformação dos valores sociais atingiu às famílias de modo que estas encontram maior liberdade em suas relações internas. Com isso, de maneira geral, há atualmente uma preocupação maior com os ideais democráticos – já que a autoridade patriarcal e a tradição perderam força –, o que possibilita a construção de mais diálogos, questionamentos e discussões abertas.

De alguma maneira, é possível que a democracia instituída nas famílias tenha tirado um pouco o peso da responsabilidade do patriarca e, a partir de então, tenha se tornado mais fácil admitir as imperfeições inerentes a elas. Na verdade, a possibilidade de questionar, por si só já abre espaço para que os conflitos se manifestem e para que haja vontade de tratá-los.

Colocada a diversidade de modelos familiares existentes nas sociedades ocidentais hoje e explicado o contexto em que estes estão inseridos, antes de apresentar a Equipe Reflexiva tal como surgiu e tal como é utilizada no IGT hoje, mostrando que constitui um modelo particularmente adequado para ser utilizado em terapias de família na clínica, abordaremos alguns aspectos concernentes à família na concepção gestáltica.

4 Gestalt-Terapia e Terapia de Família

Resgatando os conceitos da gestalt-terapia que escolhemos para fundamentar nosso trabalho e que foram sucintamente apresentados no primeiro capítulo, buscaremos, agora, alinhar as implicações do contexto social nas famílias contemporâneas com as demandas clínicas das famílias na atualidade e com a forma de trabalho da equipe reflexiva. Vale destacar que não pretendemos, com este recorte, dar conta de todas as possibilidades de compreensão da gestalt-terapia em relação ao atendimento de família.

Inicialmente, podemos esclarecer que não é a intenção dos terapeutas que trabalham com terapia de família levar as famílias para um caminho específico, para um caminho “certo”, padronizá-las de acordo com um modelo familiar saudável, apontar qual dos membros da família tem razão ou não está agindo bem. Coerente com as características, já apresentadas, da pós-modernidade, para a gestalt-terapia, não existe o “certo” e o “errado” e não existe um psicólogo capaz de saber o que é melhor para cada pessoa. Não existe uma única possibilidade satisfatória de pensar e de viver a vida, como relata Aguiar (2005). Os terapeutas de família estão antes preocupados com o bem estar e com a saúde do sistema familiar e das pessoas que o integram.

Cabe elucidar o que entendemos aqui como saúde. Para a gestalt-terapia, o sentido de saúde não se limita à possibilidade do sujeito executar suas atividades usuais e rotineiras (Rodrigues, 2004). De acordo com Perls (1981), o conceito de saúde relaciona-se à compreensão que a gestalt-terapia tem sobre os indivíduos de que

são uma função do campo organismo/meio. Desta forma, a saúde refere-se à integração do indivíduo. Nas palavras de Perls (1981), “o homem que pode viver em contato íntimo com sua sociedade, sem ser tragado por ela nem dela completamente afastado, é um homem bem integrado” (p.40). O homem saudável é aquele que consegue estabelecer uma relação com a sociedade reconhecendo os limites dessa relação e que consegue mudar a si constantemente de forma a se auto-satisfazer e se equilibrar conforme ocorrem as mudanças em seu meio.

Como já foi colocado, são muitas as forças que compõem um campo, não sendo possível afirmar, de maneira simplista, que uma ocorrência se deve a um fator “A” ou “B”. Assim, quando uma família não está “funcionando”, não podemos concluir que apenas um de seus membros é o “culpado”. É importante ter em mente que existem relações entre as partes que compõem o sistema e que, provavelmente, alguém que alega, por exemplo, estar sendo injustiçado, mesmo que não se dê conta, aceita tal injustiça – que lhe é útil de alguma maneira para alguma coisa – e contribui como um vetor no campo para a manutenção das relações familiares que estão sendo estabelecidas.

De acordo com Zinker (2001), em uma família, “sob circunstâncias ideais, os indivíduos tratam uns aos outros com respeito, permitindo que cada um tenha privacidade e, ao mesmo tempo, mostrando preocupação e interesse uns pelos outros” (p.75). O mesmo autor diz ainda que, nesses casos, as pessoas se conhecem bem e sabem quando se aproximar ou se afastar uns dos outros para que se mantenha a funcionalidade familiar (Zinker, 2001).

Assim como qualquer campo ou qualquer organismo, as famílias buscam o equilíbrio de forma dinâmica. As pessoas que compõem uma família são interdependentes e, deste modo, o que ocorre com uma delas afeta também as outras e a família como um todo. Como as pessoas que fazem parte da família são parte, também, de outros grupos ao longo da vida e se relacionam com outras pessoas enquanto indivíduos, elas encontram-se em constante possibilidade de transformação. Não podemos deixar de lembrar e destacar que nossa sociedade caracteriza-se, hoje, pela alta velocidade com que acontecem as mudanças. Sendo assim, algumas vezes, as famílias não conseguem acompanhar o ritmo e surgem desconfortos.

A gestalt-terapia baseia-se também no princípio proposto por Goldstein de auto-regulação orgânica. Segundo Lima (2008), Goldstein o definiu “como uma forma do organismo de interagir com o mundo, segundo a qual o organismo pode se atualizar, respeitando sua natureza, do melhor modo possível”. Da mesma maneira, existe um mecanismo de auto-regulação familiar, através do qual a família busca um novo equilíbrio após o aparecimento de algo que desestabiliza ou desorganiza o sistema. Ocorre muitas vezes que a família chega aos consultórios com uma queixa ou um sintoma que, por mais que seja apresentado como um incômodo, na verdade, serve para manter a saúde do membro da família que o apresenta. Como explica Aguiar (2005), o sintoma apresentado não é focado como um problema, mas sim como uma forma criativa de comunicar algo que não esteja sendo possível, naquele

momento, expressar diretamente. O sintoma é a maneira auto-reguladora encontrada pela pessoa para interagir com o mundo, diante de uma situação difícil. Entretanto, não necessariamente a maneira encontrada satisfaz o campo no qual se insere e mantém seu equilíbrio. Nas palavras de Aguiar (2005), “sob uma perspectiva gestáltica, a manifestação sintomática, por pior que nos pareça, é sempre uma tentativa de equilíbrio, e por isso, em última instância, um movimento de saúde” (p.57).

Os processos de cada família envolvem a troca de informações e mudanças. Durante a terapia, é importante que os sujeitos alcancem uma percepção maior de como agem perante as situações e de suas contribuições positivas ou negativas e é nesse sentido que se dá a atuação do gestalt-terapeuta. Diferente do modelo interpretativo utilizado por outras linhas no campo da psicologia, a gestalt-terapia utiliza o método descritivo. O terapeuta não interpreta o que os clientes trazem para a terapia. A postura do gestalt-terapeuta é a de contribuir ao deixar claro para os clientes o que ele próprio está sentindo e percebendo sobre o contato que eles estão estabelecendo juntos na terapia, para que os clientes ampliem a percepção que têm de si e de como lidam em cada situação, entendendo também as impressões que provocam nos outros. Desse modo, os terapeutas acabam incentivando e atizando a curiosidade dos clientes que passam a, sozinhos, prestar mais atenção no que fazem.

Tendo em vista a postura do gestalt-terapeuta explicitada neste capítulo, vamos contemplar, a seguir, especificamente, o “modo de pensar” da equipe reflexiva.

4.1 Equipe Reflexiva: Origem e desdobramentos no IGT

O modelo de atendimento aqui chamado de Equipe Reflexiva teve sua origem no século XX, mais precisamente no ano de 1985, na Noruega (Andersen, 2002). De acordo com Tom Andersen (2002), um dos idealizadores deste modelo, o “nascimento” da idéia parece ter sido bastante influenciado “pela intuição” (p.37). De formação psiquiátrica, Tom Andersen trabalhava em hospitais com uma equipe de profissionais, de modo que, muitas vezes, ele e alguns parceiros assistiam às sessões terapêuticas de pacientes com outros médicos atrás de um espelho unidirecional.

Durante as sessões, os profissionais que estavam atrás do espelho conversavam em particular com o médico responsável pelo atendimento, sugerindo temas para serem desenvolvidos com a família. Diante da dificuldade de um dos médicos de seguir os temas sugeridos pela equipe em um determinado momento, Tom Andersen e seus parceiros decidiram ligar o microfone que comunicava a sala do atendimento com a sala em que se encontravam, perguntando se a família em sessão terapêutica gostaria de ouvir algumas idéias. Com a resposta positiva, a iluminação das salas foi invertida de modo que a família passou a enxergar a equipe sem que o contrário fosse possível (Andersen, 2002).

Sem que tivessem combinado o que falar, os membros da equipe iniciaram e deram prosseguimento a uma discussão sobre as diversas reflexões de cada um sobre o atendimento até então. Ao terminarem, apagaram as luzes e observaram que as pessoas da família ficaram, inicialmente, pensativas e, depois de uma pausa, conversando entre si de maneira diferente da que usualmente conversavam nas sessões anteriores. Surgiu, então, um novo formato de atendimento ao qual deram o nome de equipe reflexiva (Andersen, 2002).

A idéia de Tom Andersen era fazer com que os sujeitos refletissem, ou seja, que ao pensar, internalizassem antes de dar respostas. Segundo o autor, enquanto escutam à equipe, os pacientes têm a possibilidade de se fazerem novas perguntas. Vale informar que o recurso divulgado por Tom Andersen não era por ele considerado um método ou uma técnica, mas sim, uma maneira de pensar (Rasera & Japur, 2004). Essa “maneira de pensar” foi adaptada no IGT, de modo que assumiu características coerentes com a forma própria da Gestalt-terapia de ver o mundo e o homem e com a realidade do treinamento dos alunos do Curso de Especialização em Psicologia Clínica para o atendimento de casais e famílias.

No IGT, o atendimento com equipe reflexiva muito se aproxima da idéia proposta por Tom Andersen. A equipe reflexiva é um recurso de atendimento realizado por uma equipe de psicoterapeutas que se dividem em dois grupos: a equipe de campo e a equipe reflexiva. A equipe de campo é, geralmente, composta por dois psicólogos que atuam em co-terapia diretamente com a família que está em tratamento. A equipe reflexiva, composta pelos outros profissionais da equipe, estabelece-se fora da sala de atendimento e acompanha as sessões através de um espelho unidirecional.

A participação da equipe reflexiva se dá em um momento específico de cada sessão, não consistindo esta, porém, em uma participação obrigatória. A participação ocorre na medida em que a equipe reflexiva entende que há algo para comentar sobre o que está assistindo. Deste modo, comunica-se com os terapeutas de campo e com a família em atendimento de uma maneira previamente combinada – muitas vezes pelo interfone – e perguntam se podem “entrar” para compartilhar algumas idéias. Com a resposta afirmativa de quem está em campo, acende-se a luz da sala em que está a equipe reflexiva e os membros desta conversam entre si, neste momento sendo assistidos pela família e pelos co-terapeutas. Ao fim da conversa, o foco incide novamente sobre os que estão em campo e os clientes são estimulados a refletir sobre o que assistiram, ampliando assim a sua percepção sobre o momento vivido. Assim, a equipe reflexiva para nós, assim como para Tom Andersen, não tem como objetivo corrigir o conteúdo ou a forma como os terapeutas de campo conduzem a sessão.

4.2 Refletindo sobre equipe reflexiva

Podemos aqui estabelecer um paralelo entre o modo de funcionamento da equipe reflexiva e as diferentes óticas da “casa” e da “rua” de Da Matta (1991), que apresentamos no segundo capítulo deste trabalho. A equipe reflexiva e os terapeutas de campo, assim como a casa e a rua, são interdependentes, mantêm uma relação dinâmica e podem ser definidos através de comparações e oposições entre eles. Também como acontece com os discursos utilizados por uma mesma pessoa, que são distintos quando esta se encontra na casa ou na rua, um mesmo gestalt-terapeuta apresentará discursos diferentes caso saia do campo e vá para a equipe reflexiva ou vice-versa. Isso ocorre, seguindo a mesma lógica que expôs Da Matta (1991), pelo fato de existirem, de alguma maneira, normas moralizantes em cada realidade que possibilitam que as coisas sejam expressas de diferentes maneiras estando em uma ou outra posição.

Diferente dos terapeutas de campo, os terapeutas da equipe reflexiva não falam para a família, eles falam sobre o que refletiram quando escutaram a família. A equipe reflexiva observa todas as relações que se estabelecem no campo: as relações entre as pessoas da família, as relações entre os terapeutas de campo e as relações da família e de seus membros com os terapeutas de campo e vice-versa. Assim, “observam de fora”. Não são parte da relação como os terapeutas de campo.

Os membros da equipe reflexiva, ao conversarem entre si, podem expor suas impressões, sensações, podem dar exemplos e falar sobre suas experiências, de modo que a família fica na escuta. É uma escuta de vozes que vêm de fora e que podem fazer sentido ou não, mas que, de qualquer maneira, traz momentos de reflexão. Segundo Pires, Costa, Messina, Azambuja e Mendes (2008), “as reflexões dos terapeutas da equipe reflexiva não têm uma direção específica na medida que não se destinam a nenhum dos membros da família em particular. A fala dos terapeutas se despersonaliza em função da própria dinâmica do método” (p.4).

Para Silva (2008a), é muito marcante a diferença entre estar em campo e estar na equipe reflexiva. O autor acredita ainda que não seja possível imaginar essa diferença sem que se tenha passado pelos dois lugares. Dentre as diferenças existentes, a distinção entre as posturas e objetivos das duas equipes ocupa lugar de destaque. Por estarem mais perto, os terapeutas de campo têm um vínculo afetivo maior com os clientes e são mais limitados quanto ao que podem falar e expressar para a família (Silva, 2008a). Enquanto os terapeutas de campo precisam dialogar com a família, precisam responder e questionar seguindo o fluxo durante o atendimento, a equipe reflexiva atua com mais tempo. Sem nada falar, observa, podendo apresentar uma visão mais global do que está acontecendo na sessão. A equipe reflexiva tem um tempo para refletir sobre o que vai dizer para a família escutar.

De acordo com Pires *et al* (2008), “as famílias, em geral, se beneficiam muito do momento em que a equipe reflexiva participa ampliando o espectro das discussões e contribuindo com a sua visão pessoal a respeito do que observou e sentiu no decorrer da sessão” (p.2). Tal ampliação ocorre porque a conversa realizada pela

equipe reflexiva no decorrer de sua participação no atendimento possibilita o aparecimento, a convivência e a discussão de vários pontos de vista. Os terapeutas da equipe reflexiva não pré-estabelecem o que será dito. A conversa é espontânea e, assim, se considera o que cada psicólogo sentiu e refletiu ao presenciar aquela sessão.

A postura dos membros da equipe reflexiva se relaciona de maneira consistente com a relação terapêutica estabelecida no referencial da gestalt-terapia. De acordo com Silva (2008a), “em uma relação terapêutica [...] a importância de uma postura honesta e genuína, de uma postura ao máximo transparente aonde a confirmação da presença de um outro é fundamental. Vem daí o motivo de tamanha ênfase na troca” (p.7). Essa postura também fica clara no trabalho desenvolvido pela equipe reflexiva, quando seus membros, ao se comunicarem com a família não se preocupam em ter posturas estratégicas com metas específicas em relação à mesma.

Considerando a visão de ser humano da gestalt-terapia, para a qual todos os seres são únicos, o atendimento em equipe permite a comunhão das diferentes histórias e pontos de vista de cada terapeuta. Na pesquisa realizada por Silva (2008a), foi apontada a importância da diversidade na equipe. Em outro trabalho, o mesmo autor relata que perspectivas distintas enriquecem o atendimento de família, pois, assim como as perspectivas diversas dos psicólogos, dentro da família as pessoas também convivem com divergências e pontos de vista diferentes (Silva, 2008b).

A coerência entre as características da família brasileira contemporânea e o procedimento adotado pela equipe reflexiva, pode ser aqui ilustrada pelo exemplo de uma família que atendemos na clínica social do IGT (Instituto de Gestalt-Terapia e Atendimento Familiar). A família era composta por marido e mulher e um filho do casal, além de duas filhas (uma adolescente) que a mulher teve em relacionamentos anteriores.

Inicialmente, os atendimentos eram realizados com toda a família, já que a queixa principal que trouxeram ao procurar o Instituto, relacionava-se à dificuldade de aprendizagem do filho. Ao longo dos atendimentos, pudemos identificar a necessidade de estender o contrato inicial de 8 sessões quinzenais, porém com a presença apenas do casal.

As sessões com o casal foram muito importantes, pois, sutilmente, surgiram elementos novos e surpreendentes. Tanto o homem quanto a mulher tinham outros filhos não presentes e dos quais nunca se falava. As revelações do casal e a maneira como estas foram feitas nas sessões mostrava a complexidade da estrutura familiar atualmente presente na nossa sociedade.

A configuração de famílias “recasadas” ou “re-arranjadas” como esta pode implicar na existência de alguns conflitos, os quais precisam ser manejados. Na família em destaque, na época dos atendimentos, apenas a mulher trabalhava. O homem não era reconhecido como autoridade pela adolescente. O próprio homem não sabia

bem como lidar com as filhas que não eram suas. Muitas famílias hoje, assim como a família que estamos trazendo como exemplo, apresentam uma “indefinição de papéis”, tornando difícil, desta maneira, estabelecer limites entre os membros. No caso em questão, o homem parecia mais um filho e não inspirava respeito nas enteadas. A mulher, ao mesmo tempo que reclamava de ter, concentradas em si mesma, todas as responsabilidades da família, reforçava a situação.

Na família que atendemos e aqui exemplificamos, inicialmente, ficou muito claro o papel de porta-voz que a mãe exercia. Era ela sempre a primeira a responder, o que anulava a voz dos outros. Desde a primeira sessão com a família, ficou nítida esta diferença entre o casal para a equipe reflexiva, que, de fora, teve uma visão mais ampla e pôde intervir no sentido de refletir sobre o espaço que cada um tinha e propor mais espaço para os outros se colocarem. No decorrer das sessões, cada um foi se dando conta da maneira como agia e foi possível ouvir mais o outro de forma que, com o tempo, assuntos mais delicados puderam emergir.

A equipe que atendeu essa família chegou a ser composta por seis psicólogas, porém, em alguns momentos, funcionou com apenas quatro. Compunha a equipe uma mulher casada com dois filhos, uma separada e recasada com filho recém-nascido, uma em processo de estabelecimento de união estável, uma noiva e duas solteiras, sendo uma delas oito anos mais velha que a outra. Oriundas de famílias diferentes, com experiências distintas, e em fases diversas da vida com relação à constituição de suas próprias famílias, seus olhares particulares contribuíam para ampliar as possibilidades do trabalho terapêutico.

Assim como são complexas as relações que se estabelecem nas famílias nos dias de hoje – e podemos observar tal complexidade até mesmo pelas várias situações familiares de cada terapeuta da equipe apresentada –, percebemos que a rede intrincada de valores e questões que compõe cada indivíduo provoca ou contribui para seu modo de estar e intervir no processo terapêutico.

Desta forma, qualquer experiência ou expectativa de cada psicólogo faz parte de seu campo e conseqüentemente fará parte das relações que ele estabelecer. Os seres humanos para a gestalt-terapia, como já mencionado, são únicos, porém eles têm a capacidade de se identificar mais com determinadas características, comentários, situações, pessoas, modos de agir etc.

É possível pensar, então, que as falas e colocações dos terapeutas tanto da equipe de campo, quanto da equipe reflexiva, refletem também suas próprias experiências. A diversidade da equipe favorece que as discordâncias apareçam e convivam de maneira salutar. Pontos de vista distintos não são colocados em tom de competição, eles servem para acrescentar e, muitas vezes, com o debate, se encontra o equilíbrio. Assim, várias possibilidades são colocadas à disposição da família que está em terapia e cada membro pode escolher e ficar com a fala que melhor lhe servir. Além disso, a família vivencia dois tipos de relação terapêutica: uma com a equipe de campo e outra com a equipe reflexiva.

Podíamos notar, por exemplo, que, durante os atendimentos, a traição e a liberdade do casal eram vistas de maneiras distintas por todas as terapeutas – tanto as que estavam em campo, quanto as que estavam na equipe reflexiva. A história de vida e experiência profissional específicas de uma das terapeutas contribuía para que ela encarasse esses temas e a sexualidade do casal, com mais facilidade do que as outras, para as quais muitas vezes o assunto gerava desconforto.

Para uma das terapeutas que estava na equipe de campo, era mais fácil focar a “dificuldade de aprendizagem” do menino. Enquanto, em alguns momentos durante as sessões, ela buscava verificar as competências do casal para lidar com essa situação, era evidente a preocupação com a preservação das crianças no meio de tanta falta de limite e inversão de papéis para uma das psicólogas que estava na equipe reflexiva. Esta diversidade de pontos de vista é apresentada com respeito para as famílias nos atendimentos que utilizam o recurso da equipe reflexiva no IGT e, assim, abre algumas possibilidades para a família refletir sobre ela mesma. A família exemplificada aqui muitas vezes fazia referência direta aos membros da equipe que estavam atrás do espelho.

Embora estejamos vivendo em um mundo que valoriza as diferenças e que divulga muito a política da inclusão, é muito difícil aceitar o diferente. Assistindo as divergências da equipe e percebendo que pessoas diferentes podem conviver em harmonia, a família passa a entender a possibilidade de negociar e até de compreender o outro. Surge a preocupação com ouvir o que o outro pensa e com o que ele considera que é bom para ele, já que já se sabe que não necessariamente o que eu gosto é o que o outro gosta.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, é possível compreender e identificar alguns fatores que estiveram ou estão relacionados às mudanças que vimos presenciando nos dias atuais em nossa sociedade. Podemos, de forma objetiva, lembrar, neste momento, da presença cada vez mais constante da tecnologia em nossas vidas – e o impacto que ela provoca no “tempo” e no “espaço” –, da valorização das diferenças através da implantação da idéia de direitos iguais para todos e da criminalização do preconceito, e da exacerbação do individualismo, cujo surgimento possibilitou que as pessoas passassem a buscar a realização de suas vontades e a satisfação pessoal acima de tudo.

Dentro de um contexto mais amplo, tais fatores interferiram nos modos de relacionamento até então existentes, os quais eram bem definidos e apoiados em princípios e valores tradicionais hierarquizados e pouco questionáveis. Desta forma, as relações sociais entre pessoas, entre instituições e entre as pessoas e as instituições foram e estão sendo reconfiguradas. No bojo deste trabalho, abordamos mais especificamente a instituição “família” e as relações familiares, enfatizando o

processo de transformação pelo qual estão passando e ressaltando a diversidade inerente a elas hoje.

Tendo em vista a variedade de modelos familiares que co-existem na contemporaneidade e a complexidade das relações que se estabelecem nas famílias, aqui ilustrada através de um exemplo de atendimento clínico, podemos compreender que a diversidade de pontos de vista do atendimento com equipe reflexiva para famílias é coerente com o contexto social em que estamos inseridos.

A equipe reflexiva abre um leque de idéias para as famílias em atendimento, já que seus integrantes apresentam diretamente suas percepções particulares acerca do que eles refletiram nas sessões. São diferentes os olhares das pessoas que constituem a equipe reflexiva, pois cada olhar está impregnado com as histórias de vida, experiências e expectativas de quem olha. A forma de intervir da equipe de campo e da equipe reflexiva nas sessões também difere entre si. Embora sejam dependentes uma da outra, cada equipe tem suas “normas moralizantes” veladamente instituídas que orientam suas maneiras de proceder.

Assumindo a não neutralidade do terapeuta na relação que ele estabelece com os clientes, a gestalt-terapia leva em consideração os discursos e as crenças de cada um, valorizando o significado dado pelos próprios clientes àquilo que trazem para o consultório. Desta maneira, a abordagem gestáltica apresenta-se como condizente com a sociedade contemporânea e com o modelo de atendimento da equipe reflexiva utilizado no IGT. Além disso, a equipe reflexiva – como também os valores contemporâneos divulgados na sociedade e como também os valores preconizados pela gestalt-terapia – não se propõe a ter uma visão “correta”, ela participa do atendimento para acrescentar e ampliar, já que olha de outro lugar. O olhar da equipe reflexiva é um olhar de possibilidades e incertezas.

Para finalizar, é válido ressaltar que, neste trabalho, apresentamos apenas algumas visões sobre os temas abordados, de modo que compreendemos que não existe uma única maneira de tratá-los. Nosso ponto de vista é coerente com a compreensão dos fenômenos da gestalt-terapia e a proposta da equipe reflexiva. Acreditamos que para a elaboração de qualquer trabalho precisamos fazer escolhas e que escolher implica em abrir mão. Selecionamos, deste modo, alguns autores, entendendo que outros olhares são possíveis, principalmente neste momento histórico de valorização e permissão das diferenças em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Campinas: Livro Pleno, 2005.
- ANDERSEN, Tom. **Processos Reflexivos**. Rio de Janeiro: Noos, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **A história social da família e da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BORGES, Carolina de Campos. **Recriando Vínculos Familiares: Jovens e Relações Intergeracionais na Contemporaneidade**. Dissertação de Mestrado. EICOS/ UFRJ, 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DA MATTA, Roberto. "Você tem cultura?" In: **Explorações: ensaios de Sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro, Rocco, 1986, p. 121-128.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. "Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade". **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.11, n.2, p. 379-394, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1997.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise da Condição de Vida da População Brasileira 2007**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2007/indic_sociais2007.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2008.
- JULIANO, Jean Clark. Gestalt-terapia: revisitando as nossas historias. **IGT na Rede**. Rio de Janeiro, RJ. v. n. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=33&layout=html> Acessado em 21 de fevereiro de 2008.

LIMA, Patricia Albuquerque. Teoria Organísmica. **IGT na Rede**. Rio de Janeiro, RJ. v. n. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=57&layout=html> Acessado em 21 de fevereiro de 2008.

MARTINS, Antonio Elmo de Oliveira. "A concepção humanístico-existencial-fenomenológica da gestalt". **Presença**. Vita Clínica de Psicoterapia. Ano 2, número 2, junho de 1996.

PERLS, Fritz. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PIRES, Cintia Simões, COSTA, Heloísa, MESSINA, Eliane, AZAMBUJA, Ludmila & MENDES, Vera. Terapia de família e equipe reflexiva: da dissonância à consonância em busca de um tom. **IGT na Rede**. Rio de Janeiro, RJ. v.4, n.6. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=118&layout=html> Acesso em 13 de fevereiro de 2008.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco e FERES-CARNEIRO, Terezinha. "Modelos de família e intervenção terapêutica". **Interações**, vol.8, no.16, p.57-80, dez. 2003.

RASERA, Emerson F e JAPUR, Marisa. "Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia". **Estudos de Psicologia** (UFRN), Natal, v.9, no.3, p.431-439, dez 2004.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. "Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades". **Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa** (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2001.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Hugo Elidio. **Introdução à gestalt-terapia: conversando sobre os fundamentos da abordagem gestáltica**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. In: A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p.40-51.

SILVA, Marcelo. Equipe reflexiva, quais as diferenças que criam diferenças?. **IGT na Rede**, Rio de Janeiro, RJ, v.2, n.3. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=51>. Acesso em: 13 02 2008a.

SILVA, Marcelo Pinheiro. A utilização do atendimento em equipe no treinamento de gestalt-terapeutas. **IGT na Rede**. Rio de Janeiro, RJ, v.4. n.6 Disponível em

<http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=131&layout=html> Acesso em 13 de fevereiro de 2008b.

SILVEIRA, Teresinha Melo. "A moderna gestalt-terapia do Rio de Janeiro". **Presença**. Vita Clínica de Psicoterapia. Ano 2, número 3, dezembro de 1996.

TRAVIS, Susan. **Construções Familiares: Um estudo sobre a clínica do recasamento**. Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2003.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: Identidade, casamento e família em condições pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

YONTEF, G. **Processo, Diálogo e Awareness: ensaios em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1998.

ZINKER, Joseph C. **A Busca da Elegância em Psicoterapia: Gestalt-terapia com casais e sistemas íntimos**. São Paulo: Summus, 2001.

Endereço para correspondência:

Marina Miranda Lery Santos

e-mail: marinasnts@yahoo.com

Recebido em: 14 / 08 / 2008.

Aprovado em: 06 / 10 2008.